

Clube social negro: por que Brasília precisa ter um?

» HEITOR PERPÉTUO

Comunicador social, especialista em comunicação, coordenador de Criação na Moringa Digital

"O Aristocrata chegou a contar no seu auge, na década de 70, com 3,6 mil sócios e tinha sede na capital e um clube no campo na zona sul da cidade. Suas festas e bailes de gala atraíram até 5 mil pessoas, incluindo artistas, como Cartola e Wilson Simonal, políticos como Jânio Quadros e celebridades internacionais, como Sarah Vaughan e Muhammad Ali. O clube é um marco na história da sociedade brasileira, pois, mesmo com a Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51, de 3 de julho de 1951), que proibia a discriminação racial no Brasil, os clubes restringiam o acesso dos negros em suas dependências, assim, o povo negro construiu uma nova possibilidade de lazer."

O trecho acima está no PL 01-483/2022 da Câmara Municipal de São Paulo, em uma proposição para declarar a Associação Aristocrata Clube de São Paulo como patrimônio cultural imaterial daquela cidade. O Aristocrata é um clube social negro. Assim como o Floresta Aurora, o primeiro do Brasil, em Porto Alegre; o Renascença, com seu tradicional Samba do Trabalhador, no Rio de Janeiro; o 13 de Maio, em Curitiba; o Clube Mundo Velho, em Minas Gerais; entre outros. Hoje, estão mapeados cerca de 150 clubes sociais negros no Brasil, segundo o site clubessociaisnegros.com. Parece muito? Continue lendo.

O que esses clubes têm em comum é o fortalecimento do convívio e da identidade afro-brasileira, resultando em grande relevância histórica, social, política e econômica para os locais em que estão instalados e para o Brasil. Ainda hoje, abrigam memórias e acervos que não estão nos livros, abrigam a vida e a obra de pessoas negras. Nesses espaços, nosso povo se reuniu para existir e coexistir, para celebrar, para se curar das mazelas sociais, para se emancipar, para aprofundar conhecimentos, para aquilombar, para pensar em estratégias políticas e econômicas e, claro, para deixar do lado de fora da porta, ao menos por alguns instantes, o racismo da sociedade brasileira.

Porém, essa riqueza está se perdendo. Muitos clubes sofrem com a falta de recursos, com

a falta de apoio público e privado, com pressões imobiliárias, com a gentrificação, entre outros fatores, e muitos deles foram obrigados a encerrar as atividades. Tem clube social negro que foi criado antes mesmo da Lei Áurea. Então, imagine quanto valor histórico possui! Não são apenas seus frequentadores que perdem com esses encerramentos, mas toda e qualquer pessoa que deseja saber mais sobre a história negra no Brasil.

Infelizmente, não é fácil avançar nas demandas do nosso povo. Um exemplo: desde 2009, existe um pedido protocolado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para registro dos clubes sociais negros como Patrimônio Cultural do Brasil e inscrição no Livro de Registro dos Lugares de Memória.

Mas, e Brasília? Por que precisamos ter um clube social negro aqui? Brasília é uma centralidade política, onde são tomadas as decisões que afetam os povos de todo o país. É a terceira cidade mais populosa do Brasil (IBGE). Tem mais de 59% da população se autodeclarando negra (IBGE). É quarto lugar no ranking das cidades mais empreendedoras (Enap). Está cercada por embaixadas e potenciais intercâmbios socioculturais (131 representações diplomáticas, a segunda maior do mundo). Abriga mais

de 40 clubes no Plano Piloto. Mas não tem nenhum clube social negro.

Lembra dos 150 clubes sociais negros que citei? Para efeito de comparação, os centros de tradições gaúchas (CTGs) somam mais de 3 mil unidades no Brasil e no mundo, sendo dois em Brasília, além de mais de 4 mil piquetes, segundo o Movimento Tradicionalista Gaúcho. O CTG é, sem dúvida, um case de sucesso que vale a pena ser observado.

Aqui na capital federal, no dia 11 abril de 2024, fizemos um encontro sobre o tema, reunindo quase 70 pessoas, incluindo membros de diversos coletivos negros, servidores públicos, profissionais liberais e estudantes, com o objetivo de abrir as conversas sobre a criação de um clube social negro na cidade. Ficou claro que ter um espaço dedicado a promover o convívio, preservar a história negra, celebrar a cultura e fortalecer as iniciativas da população negra da cidade é mais do que possível, é desejado.

Mas foi só o primeiro passo. Não vemos a hora de dar o segundo, o terceiro, o quarto e ver esses mesmos pés em chão firme, chão negro, dançando e celebrando entre seus pares, deixando do lado de fora da porta o racismo da sociedade brasileira, ao menos por alguns instantes.

Reciclagem: compromisso com as futuras gerações

» VICTOR BICCA

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (Abir)

Tratar adequadamente os resíduos e avançar nos números da reciclagem são algumas das pautas prioritárias na agenda ESG (Ambiental, Social e de Governança) do setor de bebidas não alcoólicas no país. Nesse cenário, é fundamental destacar a importância das ações coletivas na construção de um futuro mais sustentável, no avanço da economia circular e em todas as vantagens ambientais e sociais proporcionadas pelo descarte correto dos resíduos.

Em junho, celebramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e o Dia Nacional da Reciclagem, dois movimentos que visam promover a conscientização sobre práticas sustentáveis e mais conscientes no dia a dia. São muitas as vantagens da reciclagem, tanto em nível ambiental quanto econômico e social. A prática ajuda a reduzir o desperdício e a poluição, promove a conservação de recursos naturais e a mitigação dos impactos ambientais, além da inclusão socioproductiva de catadores, catadoras e suas cooperativas. Atualmente, cerca de 1 milhão de catadores e catadoras de materiais recicláveis atuam no país e mais de 90% de todo material coletado de forma voluntária passam nas mãos desses trabalhadores.

Porém, de acordo com a edição de 2023 da pesquisa Ciclossoft, realizada pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) para acompanhar a evolução da coleta seletiva no país, cada brasileiro produz 359,9 kg de resíduos sólidos urbanos por ano, dos quais apenas 13 kg (3,6%) são coletados seletivamente. Para aumentar esse índice, é fundamental que governo, empresas e sociedade façam a sua parte para enfrentar os obstáculos rumo a um futuro 'lixo zero'.

Nesse contexto, a indústria de bebidas não alcoólicas, uma das maiores usuárias de embalagens recicláveis, juntou-se ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e à Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat) para lançar a segunda fase da campanha Crie esse hábito (disponível no YouTube). Essa iniciativa tem como foco a educação dos consumidores sobre o descarte consciente de embalagens consumidas fora de casa e visa sensibilizar a comunidade, destacando a importância do papel de cada cidadão como primeiro agente na cadeia da coleta seletiva.

Essa campanha é, para o nosso setor, motivo de muito orgulho desde a sua primeira edição, lançada em 2022. Seguindo nosso tripé de atuação, que consiste em informação, inovação e portfólio, somos parte da solução e essa parceria diz muito sobre responsabilidades compartilhadas. O novo vídeo educativo oferece ainda mais informações à população sobre o descarte correto de embalados resíduos, contribuindo para a sustentabilidade e valorizando o trabalho essencial dos catadores de materiais recicláveis.

Cada vez mais comprometida com a circularidade e com a implementação de sistemas de logística reversa, a indústria de bebidas não alcoólicas vem investindo em diversas ações inovadoras. Entre elas, destacam-se a melhoria contínua das embalagens com o uso de materiais mais sustentáveis para maior reciclabilidade e a ampliação do portfólio de embalagens retornáveis, o que contribui para a redução da produção de resíduos sólidos. Além disso, a partir de parceria com a Ancat, o setor busca incentivar o fortalecimento das cooperativas e entidades associativas de catadores de material reciclável.

Esses números são significativos. As mais de 72 empresas associadas do nosso setor são as que têm o melhor portfólio de circularidade do Brasil: 100% das latas de alumínio são recicladas, todo o vidro é retornável e 57% das garrafas PET. Além disso, existem empresas produzindo garrafas com 100% de plástico reciclável. Nosso país também foi pioneiro em lançar o modelo de PET retornável, o que caracteriza uma logística reversa perfeita. Essas ações demonstram o comprometimento do setor em promover práticas sustentáveis e responsáveis.

Para que o Brasil avance em direção ao desenvolvimento sustentável, é crucial que haja maior conscientização ambiental para a gestão dos resíduos. Somente com a união de todos os setores teremos êxito na busca por um futuro mais limpo e sustentável. Cada um de nós tem um papel a desempenhar nesse processo e, juntos, podemos fazer a diferença para o meio ambiente e para as próximas gerações.



MAURE

Teste do pezinho ampliado: um abismo entre expectativa e realidade

» ANTOINE DAHER

Fundador da Casa Hunter, cofundador da Casa dos Raros e presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (Febrararas)

O teste do pezinho é o exame realizado entre o terceiro e o quinto dia de vida do recém-nascido, detecta, de forma absolutamente precoce, algumas doenças congênitas e faz parte do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), um marco significativo na história da saúde pública brasileira. Até 2021, esse teste, que já era fundamental e obrigatório, conseguia identificar apenas seis doenças. Mas, graças à Lei nº 14.154, passou a incluir a detecção de uma gama mais abrangente de até 50 condições, incluindo algumas de origens metabólicas, genéticas, endócrinas e imunológicas. Apesar de celebrarmos os avanços, sabemos que, na prática, a ampliação ainda não funciona como deveria em todo o território brasileiro. Não é incomum encontrar hospitais que não oferecem o teste ampliado ou bebês que não tenham realizado o exame, principalmente em regiões mais remotas do país.

Entre as doenças detectadas no teste do pezinho ampliado, está a fenilcetonúria (PKU, sigla em inglês), uma doença genética rara que afeta a capacidade de o organismo metabolizar adequadamente o aminoácido fenilalanina, presente em alimentos que contêm proteína. Essa incapacidade leva ao acúmulo desse elemento no sangue, tornando-se altamente tóxico para o cérebro, o que pode causar prejuízos como comportamentos autistas, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), coeficiente de inteligência (QI) baixo, falta de atenção,

distúrbios do sono, agressividade ou ansiedade.

Para doenças como a PKU, o teste do pezinho ampliado é crucial para o encaminhamento adequado e o início imediato do tratamento, que inclui dieta restrita e uso de fórmula metabólica. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem um Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para a doença, que também inclui tratamento medicamentoso disponível na rede pública. No entanto, sua indicação ainda é restrita a mulheres em planejamento gestacional ou já gestantes, consideradas pacientes de maior urgência clínica devido aos riscos adversos, como tremores, crises convulsivas e dificuldade de concentração, além de apresentar ameaças à saúde do bebê. Em paralelo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou recentemente a primeira e única terapia enzimática para tratar adultos com PKU, com indicação para pacientes acima de 16 anos. No entanto, o medicamento ainda precisará passar pelo processo de avaliação de incorporação de novas tecnologias no sistema público.

É evidente que ainda há muitos gargalos a serem resolvidos. Mas o acesso ao teste do pezinho ampliado é o pontapé inicial para uma jornada que previne complicações graves e melhora significativamente a qualidade de vida dos pacientes. Um diagnóstico precoce oferece esperança e melhores perspectivas de vida para milhares de recém-nascidos e suas famílias. Consequentemente, também pode ser benéfico

aos sistemas de saúde, uma vez que pode reduzir as complicações e gravidade dos quadros de saúde dessa população ao longo dos anos.

Para muitos, as doenças raras ainda são um território desconhecido, carregado de incertezas e desafios diários. As famílias que enfrentam essas condições frequentemente lidam com diagnósticos tardios, tratamentos limitados e a constante busca por informação e suporte. Acreditamos firmemente que, ao investirmos na concretização do direito ao acesso ao teste do pezinho ampliado, estabelecido pela Lei nº 14.154, na melhoria dos processos de comunicação e na conscientização, podemos promover mudanças significativas.

Essa luta não se limita apenas às pessoas que convivem com doenças raras, mas tem impacto direto no futuro dos tratamentos de saúde no Brasil como um todo. E, ao enxergarmos tudo isso como um investimento na saúde da população, podemos impulsionar avanços e adentrar uma nova era baseada na medicina de precisão, que personaliza o tratamento de acordo com as características individuais de cada paciente.

Ademais, é essencial fortalecer o apoio, proporcionando-lhes recursos e orientações claras para a gestão dessas doenças. Grupos, campanhas de conscientização e políticas públicas que promovam a inclusão e o suporte contínuo são pilares indispensáveis para transformar a realidade dessas pessoas e minimizar o impacto das enfermidades em suas vidas.